

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARICÁ**

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
ATA DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO TP001/2010**

Ref: O objeto da presente licitação visa a prestação dos serviços de transporte de pacientes de Araricá até os hospitais de Porto Alegre, com saída às 5:00h.

Flávio Luiz Foss, Prefeito Municipal de Araricá/RS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações, face à adjudicação e demais atos da Comissão Permanente de Licitações, HOMOLOGA o processo administrativo licitatório, na modalidade de CARTA CONVITE 001- 2010, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Araricá, 12 de abril de 2010

**FLÁVIO LUIZ FOSS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Valdir Von Dentz  
**Código Identificador:**4E32A3CA

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO  
ATA DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO CARTA  
CONVITE 023/2010**

Ref: A reforma da embreagem e dos freios do **TRATOR AGRAL MODELO 5070**, com a substituição das seguintes peças e componentes.

Flávio Luiz Foss, Prefeito Municipal de Araricá/RS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Federal 8.666/93 e suas posteriores alterações, face à **adjudicação** e demais atos da Comissão Permanente de Licitações, HOMOLOGA o processo administrativo licitatório, na modalidade de CARTA CONVITE 023- 2010, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Araricá, 13 de abril de 2010

**FLÁVIO LUIZ FOSS**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Valdir Von Dentz  
**Código Identificador:**7710DAE6

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARROS CASSAL**

**GABINETE DO PREFEITO  
LEI Nº 643 DE 09 DE ABRIL DE 2010**

Altera as Leis nº 591/09 – Plano Plurianual 2010-2013, 601/09 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 e 616/09 – Lei Orçamentária Anual para 2010.

**IVO FRANCISCO FACHI**, prefeito do município de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Altera as Leis nº 591 de 30 de setembro de 2009 – Plano Plurianual 2010-2013, 601 de 20 de novembro de 2009 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, e 616 de 30 de dezembro de 2009 – Lei Orçamentária Anual para 2010, com a autorização para a abertura de crédito especial no orçamento corrente, no valor de **R\$ 72.729,20 (SETENTA E DOIS MIL SETECENTOS E VINTE E NOVE REAIS E VINTE CENTAVOS)**, no seguinte crédito orçamentário:

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**0501 – FUNDEB - Fundo Manut e Desenv. da Educação Básica**

**0501.123653011.021 – Aquisição de Imóvel para Construção de Creche**

4.4.90.61 – Aquisição de Imóveis ..... R\$ 76.729,20

**Art. 2º** - Servirá de cobertura para a abertura do crédito previsto no Artigo 1º desta Lei, a redução da seguinte dotação orçamentária:

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**0501 – FUNDEB - Fundo Manut e Desenv. da Educação Básica**

**0501.121223001.004 - Reformulação Plano de Carreira Servidores**

322 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ..... R\$ 7.000,00

**0501.123613012.017 - Manut. Desenv. Educação Básica e Valoriz. Prof. da Educação - FUNDEB 40%**

333 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica ..... R\$ 69.729,20

**TOTAL DAS REDUÇÕES ..... R\$ 76.729,20**

**Art. 3º** - Ficam alteradas as leis relacionadas no Art. 1º desta Lei, respectivamente, no seguinte:

**Expediente:**  
**Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS**

**Diretoria 2009/2010**

**Presidente:** Marcus Vinicius Vieira de Almeida - Sentinela do Sul  
**1º Vice-Presidente:** Joel Ghisio - Mariana Pimentel  
**2º Vice-Presidente:** Valdir José Zasso - Alpestre  
**3º Vice-Presidente:** Décio Antônio Colla - São Francisco de Paula  
**1º Secretário:** João Carlos Brum - Alvorada  
**2º Secretário:** Carlos Alberto Bohn - Mato Leitão  
**1º Tesoureiro:** Pedro Paulo Prezzotto - Getúlio Vargas  
**2º Tesoureiro:** Wainer Viana Machado - Santana do Livramento

Jornalista Responsável: Sandra Domit - MTB 6290

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal..

**I** – Inclui ações em Programas de Governo nas Leis de que trata o caput deste artigo:

**a)** Atividade sob a denominação de “Aquisição de Imóvel para Construção de Creche” vinculado ao Programa “0301 – Desenvolvimento da Educação”, no valor de R\$ 72.729,20 (setenta e dois mil setecentos e vinte e nove reais e vinte centavos), sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

**II** – Fica atualizado o valor do Programa 0301, nas referidas Leis, tendo em vista a inclusão da atividade constante no inciso I deste artigo.

**III** – Fica incluída a seguinte redação no objetivo do programa 0301: “Aquisição de Imóvel para Construção de Creche”.

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação .

Gabinete do Prefeito do Município de Barros Cassal, 09 de abril de 2010.

**IVO FRANCISCO FACHI**

Prefeito Municipal.

**Publicado por:**

Beno Bertilo Hammes

**Código Identificador:**647F76C3

## **GABINETE DO PREFEITO LEI Nº 644, DE 09 DE ABRIL DE 2010**

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS, Conselho Municipal de Habitação, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS - e o Conselho Gestor do FMHIS.

**IVO FRANCISCO FACHI**, prefeito do município de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS, o Conselho Municipal de Habitação, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS - e o Conselho Gestor do FMHIS.

## **CAPÍTULO I DO SISTEMA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL**

### **Seção I Objetivos, Princípios e Diretrizes**

**Art. 2º** Fica instituído o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social - SMHIS, com o objetivo de:

I - viabilizar e promover, mediante políticas e programas de investimentos e subsídios, o acesso à terra urbanizada e à habitação urbana e rural digna e sustentável para a população de baixa renda.

II – articular, compatibilizar, fiscalizar e apoiar a atuação das instituições, órgãos e entidades da sociedade civil que desempenham funções no setor da habitação.

**Parágrafo único** - Considera-se habitação de interesse social aquela destinada a atender à população de baixa renda, assim considerados os beneficiários com renda familiar mensal de até 5 (cinco) salários mínimos.

**Art. 3º** O SMHIS centralizará todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, observada a legislação específica.

**Art. 4º** A estruturação, a organização e a atuação do SMHIS deverão observar:

### **I - Os seguintes princípios:**

- compatibilidade e integração entre as políticas habitacionais federal, estadual, e municipal, bem como entre aquelas e as demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, saneamento, ambientais e de inclusão social;
- moradia digna como direito e vetor de inclusão social;
- democratização, descentralização, publicização, controle social e transparência dos procedimentos e processos decisórios e de contratação, bem como adoção de mecanismos adequados de controle da execução dos programas habitacionais, como forma de permitir o acompanhamento e a avaliação pela sociedade;
- implantação de políticas de acesso à terra urbana e rural necessárias aos programas habitacionais de modo a coibir a especulação imobiliária e garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade.

### **II - As seguintes diretrizes:**

- utilização prioritária de áreas não utilizadas ou subutilizadas existentes na cidade e no campo;
- utilização prioritária de terrenos de propriedade do Poder Público para a implantação de projetos habitacionais de interesse social;
- sustentabilidade econômica, financeira e social dos programas e projetos implementados;
- incentivo à implementação dos diversos institutos jurídicos que regulamentam o acesso à moradia;
- incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico na área habitacional, estimulando o emprego de formas alternativas de produção de moradias;
- garantia de plena acessibilidade aos portadores de deficiência e às pessoas com limitação de mobilidade;
- adoção de mecanismos de quotas para idosos, portadores de deficiência e famílias chefiadas por mulheres;
- adoção de mecanismos de acompanhamento e avaliação e de indicadores de impacto social das políticas, planos e programas; e
- incentivo à capacitação e à qualificação dos atores envolvidos, visando à democratização das informações acerca das formas e encaminhamentos técnicos para o atendimento dos objetivos desta Lei.

## **Seção II Da Composição**

**Art. 5º** Integram o SMHIS:

I - a Secretaria Municipal de Assistência Social, órgão central e coordenador do SMHIS;

II - o Conselho Municipal de Habitação;

III - o Conselho Gestor do FMHIS;

V - conselhos no âmbito do município, com atribuições específicas relativas às questões urbanas e habitacionais;

VI - órgãos e instituições integrantes da administração pública, direta ou indireta, das esferas municipal, e instituições regionais que desempenhem funções complementares ou afins com a habitação;

VII - fundações, sociedades, sindicatos, associações comunitárias, cooperativas habitacionais e quaisquer outras entidades privadas que desempenhem atividades na área habitacional, afins ou complementares, todos na condição de agentes promotores das ações no âmbito do SMHIS; e

VIII - agentes financeiros autorizados pelo Conselho Monetário Nacional a atuar no Sistema Financeiro da Habitação - SFH.

**Art. 6º** Os recursos do SMHIS são provenientes:

- I - do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS;
- II - do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS;
- III - do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;
- IV - de outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao SMHIS.

### **Seção III Do Conselho Municipal da Habitação**

**Art. 7º** O Conselho Municipal da Habitação será composto por entidades, órgãos e instituições representativas dos segmentos governamentais e da sociedade civil, eleitas a cada 3 (três) anos, e constituído de forma paritária por 8 (oito) membros da seguinte forma:

**I - 04** (quatro) representantes do Poder Público Municipal, assim dispostos:

- a) 01 (um) representante, do gabinete do prefeito;
- b) 01 (um) representante, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Comunitária;
- c) 01 (um) representante, da Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria, Comércio; e
- d) 01 (um) representante, da Secretaria Municipal de Obras, departamento de engenharia.

**II - 04** (quatro) representantes da sociedade civil.

- a) 01 (um) representante, Associação sem fins lucrativos;
- b) 01 (um) representante, Clube de Mães;
- c) 01 (um) representante, Associação de pais e mestres;
- d) 01 (um) representante, eleito entre os profissionais existentes no Município da área de engenharia, arquitetura ou que possua conhecimento técnico na área construção civil.

§ 1º As entidades, órgãos e instituições eleitas indicarão os seus representantes titulares e suplentes, que serão designados pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 2º A Presidência e a Secretaria Executiva do Conselho Municipal da Habitação serão exercidas pela representação do Poder Executivo Municipal.

§ 3º As decisões do Conselho Municipal da Habitação serão tomadas por maioria simples de votos de seus membros, com a presença da maioria absoluta de seus membros, tendo o Presidente seu voto de qualidade.

§ 4º A função de Conselheiro do Conselho Municipal da Habitação não será remunerada, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagens ou benefícios de natureza pecuniária, mas considerada serviço público relevante prestado à sociedade.

§ 5º A designação dos membros do Conselho será feita por ato do Prefeito Municipal.

§ 6º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Conselho Municipal da Cidade, sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e outros técnicos, sempre que da pauta constar tema relativo a áreas afetas aos mesmos.

**Art. 8º** O Conselho Municipal de Habitação reunir-se-á ordinariamente 1 (uma) vez por mês, devendo o calendário ser fixado pelo próprio Conselho.

**Art. 9º** Na primeira reunião de cada gestão o Conselho elegerá, dentre os seus membros, a diretoria, composta pelo Presidente, Vice-Presidente e Secretários, que tomarão posse no mesmo ato.

**Art. 10** A convocação para as reuniões será feita por escrito, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, para reuniões ordinárias e 24 (vinte e quatro) horas para as extraordinárias.

**Art. 11** O Conselho terá seu Regime Interno, que regerá o funcionamento das reuniões e disporá sobre a operacionalidade de suas decisões.

**Art. 12** Em benefício de seu pleno funcionamento, o Conselho poderá solicitar a colaboração do Executivo Municipal para assessoramento de suas reuniões, podendo utilizar os serviços de infra-estruturais das unidades administrativas do Poder Executivo que julgar necessário.

## **CAPÍTULO II DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL Seção I Objetivos e Fontes**

**Art. 13** O Fundo Municipal de Habitação, criado por esta Lei denominar-se-á Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS, de natureza contábil, com o objetivo de centralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do SMHIS, destinados a implementar políticas habitacionais direcionadas à população de menor renda.

**Art. 14** O FMHIS é constituído por:

- I - dotações do Orçamento Geral do Município, classificadas na função de habitação;
- II - recursos provenientes do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS;
- III - recursos provenientes do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS;
- IV - outros fundos ou programas que vierem a ser incorporados ao FMHIS;
- V - recursos provenientes de empréstimos externos e internos para programas de habitação;
- VI - contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas, entidades e organismos de cooperação nacionais ou internacionais;
- VII - receitas operacionais e patrimoniais de operações realizadas com recursos do FMHIS;
- VIII - bens imóveis transferidos por pessoas jurídicas, destinados à implantação de projetos de desenvolvimento habitacional urbano e rural;
- IX - receitas provenientes dos mutuários pelo recolhimento de prestações de financiamentos de programas habitacionais;
- X - aporte de capital decorrente de operações de crédito de instituição financeira quando previamente autorizados em lei específica;
- XI - renda proveniente da aplicação de seus recursos no mercado de capitais;
- X - outros recursos que lhe vierem a ser destinados.

§ 1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente, em conta especial a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento de crédito.

§ 2º Quando não estiverem sendo utilizados nas finalidade próprias, os recursos do Fundo poderão ser aplicados no mercado de capitais, de acordo com a posição das disponibilidades financeiras aprovadas pelo Conselho

Municipal da Cidade, objetivando o aumento das receitas do Fundo, cujos resultados a ele reverterão.

**Art. 15** Os recursos serão destinados, com prioridade, a projetos que tenham como componentes, organizações comunitárias, associações de moradores e cooperativas habitacionais cadastradas junto ao Conselho Municipal da Cidade, após aprovados por este, mediante apresentação da documentação necessária, sendo indispensável memorial descritivo, relatório de impacto ambiental, orçamento global e unitário, prazo de conclusão e condições de pagamento;

**Art. 16** O Fundo da presente Lei, ficará vinculado diretamente à rubrica orçamentária da Secretaria Municipal de Assistência Social e Comunitária;

**Art. 17** A Administração Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Comunitária, fornecerá os recursos humanos e materiais necessários à consecução dos objetivos da presente Lei.

## Seção II Do Conselho Gestor do FMHIS

**Art. 18** O FMHIS será gerido por um Conselho Gestor.

**Art. 19** O Conselho Gestor é órgão de caráter deliberativo e será composto de forma paritária por órgãos e entidades do Poder Executivo e representantes da sociedade civil.

§ 1º A Presidência do Conselho Gestor do FMHIS será exercida pelo Secretário Municipal da Assistência Social e Comunitária.

§ 2º O presidente do Conselho Gestor do FMHIS exercerá o voto de qualidade.

§ 3º O Poder Executivo disporá, em regulamento, sobre a composição do Conselho Gestor do FMHIS, definindo entre os membros do Conselho Municipal da Cidade os integrantes do referido Conselho Gestor, garantindo-se a proporção de ¼ das vagas aos representantes dos movimentos populares.

§ 4º Competirá à Secretaria Municipal da Assistência Social e Comunitária proporcionar ao Conselho Gestor os meios necessários ao exercício de suas competências.

## Seção III Das Aplicações dos Recursos do FMHIS

**Art. 20** As aplicações dos recursos do FMHIS serão destinadas a ações vinculadas aos programas de habitação de interesse social que contemplem:

I - aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais;

II - construção de novas unidades habitacionais pelo Poder Público, iniciativa privada ou em regime de mutirão;

III - produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;

IV - urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística de áreas caracterizadas de interesse social;

V - implantação de saneamento básico, infra-estrutura e equipamentos urbanos, complementares aos programas habitacionais de interesse social ou de regularização fundiária e urbanística;

VI - aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias;

VII - recuperação ou produção de imóveis em áreas deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social;

VIII - aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais;

IX - pesquisas visando ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de tecnologias para a melhoria da qualidade habitacional e ambiental, conforto térmico e a redução de custos das unidades habitacionais;

X - serviços de assistência técnica e jurídica para a implantação dos objetivos da presente lei;

XI - serviços de apoio à organização comunitária em programas habitacionais;

XII - remoção e assentamento de moradores em área de risco ou, em caso de execução de programas habitacionais, de projetos de recuperação urbana, em áreas ocupadas por população de baixa renda;

XIII - implementação ou complementação de equipamentos urbanos de caráter social em áreas de habitações populares;

XIV - aquisição de áreas para implantação de projetos habitacionais;

XV - contratação de serviços de terceiro, mediante licitação para execução ou implementação de projetos habitacionais e de regularização fundiária;

XVI - outros programas e intervenções na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FMHIS.

**Parágrafo único** - A aplicação dos recursos do FMHIS em áreas urbanas deve submeter-se à política de desenvolvimento urbano expressa no Plano Diretor Participativo de que trata o Capítulo III da Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001.

**Art. 21** Os recursos do FMHIS serão aplicados diretamente e, de forma descentralizada através de convênios, por intermédio de cooperativas na área habitacional, competindo aos mesmos, no que couber:

I - constituir fundo, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar e revisar a Política de Habitação de Interesse Social e receber os recursos do FMHIS;

II - constituir conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade civil ligados à área de habitação, garantido o princípio democrático de escolha de seus representantes;

III - apresentar as revisões periódicas do Plano Local de Habitacional de Interesse Social, considerando suas especificidades e as demandas da comunidade;

IV - elaborar relatórios de gestão; e

V - observar os parâmetros e diretrizes para concessão de subsídios no âmbito do SMHIS de que tratam os arts. 16 e 24 desta Lei.

§ 1º As transferências de recursos do FMHIS para as cooperativas na área habitacional, serão de até 50% (cinquenta por cento) do valor total do investimento, condicionadas ao oferecimento de contrapartida mínima de igual percentual, com observância à Lei de Diretrizes Orçamentárias Municipal e Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º A contrapartida a que se refere o § 1º dar-se-á em recursos financeiros, bens imóveis, serviços de infra-estrutura e mão-de-obra, materiais de construção e projetos técnicos e social, desde que vinculados aos respectivos empreendimentos habitacionais realizados no âmbito dos programas do SMHIS.

§ 3º Serão admitidos conselhos e fundos municipais, já existentes, que tenham finalidades compatíveis com o disposto nesta Lei.

§ 4º As cooperativas que não prestarem contas ao FMHIS, dos recursos recebidos, nos prazos estabelecidos pelo Conselho Gestor, não poderão se habilitar a novos investimentos.

§ 5º As cooperativas que não concluírem as obras nos prazos previstos no respectivo convênio, ou após 6 (seis) meses das obras concluídas, não providenciarem a regularização da



situação fundiária, não poderão habilitar-se a novos investimentos do FMHIS.

§ 6º O FMHIS poderá ressarcir-se dos investimentos por eles realizados, através de sistema próprio de retorno, cobrando do beneficiário final até o montante de 20% (vinte por cento) de sua renda familiar e reaplicando tais recursos em novos programas habitacionais.

§ 7º É facultada ao município a constituição de fundos e conselhos de caráter regional.

§ 8º As cooperativas deverão atender aos incisos IV e V do “caput” deste artigo.

**Art. 22** Os recursos do FMHIS poderão ser associados a recursos onerosos, inclusive os do FGTS, bem como a linhas de crédito de outras fontes.

## **CAPÍTULO III**

### **DAS ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES DO SMHIS**

#### **Seção I**

##### **Da Secretaria Municipal de Assistência Social**

**Art. 23** À Secretaria Municipal de Assistência Social compete:

I - coordenar as ações do SMHIS;

II - estabelecer, ouvido o Conselho Municipal da Habitação, as diretrizes, prioridades, estratégias e instrumentos para a implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social e dos Programas de Habitação de Interesse Social;

III - elaborar, revisar e definir, ouvido o Conselho Municipal da Habitação, o Plano Local de Habitação de Interesse Social, em conformidade com as diretrizes de desenvolvimento urbano e em articulação com os planos nacional e estadual de habitação;

IV - oferecer subsídios técnicos à criação do Conselho Municipal com atribuições específicas relativas às questões urbanas e habitacionais, integrantes do SMHIS;

V - monitorar a implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social, observadas as diretrizes de atuação do SMHIS;

VI - autorizar o FMHIS a ressarcir os custos operacionais e correspondentes encargos tributários do agente financeiro;

VII - instituir sistema de informações para subsidiar a formulação, implementação, acompanhamento e controle das ações no âmbito do SMHIS, incluindo cadastro estadual de beneficiários das políticas de subsídios, e zelar pela sua manutenção, podendo, para tal, realizar convênio ou contrato;

VIII - elaborar a proposta orçamentária e controlar a execução do orçamento e dos planos de aplicação anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS, em consonância com a legislação pertinente;

IX - acompanhar e avaliar as atividades das entidades e órgãos integrantes do SMHIS, visando a assegurar o cumprimento da legislação, das normas e das diretrizes em vigor;

X - expedir atos normativos relativos à alocação dos recursos, na forma aprovada pelo Conselho Gestor do FMHIS;

XI - acompanhar a aplicação dos recursos do FMHIS;

XII - submeter à apreciação do Conselho Gestor as contas do FMHIS, sem prejuízo das competências e prerrogativas dos órgãos de controle interno e externo; e

XIII - subsidiar o Conselho Gestor com estudos técnicos necessários ao exercício de suas atividades.

#### **Seção II**

##### **Do Conselho Gestor do FMHIS**

**Art. 24** Ao Conselho Gestor do FMHIS compete:

I - estabelecer diretrizes e critérios de alocação dos recursos do FMHIS, observado o disposto nesta Lei, a Política e o Plano Local de Habitação de Interesse Social estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Comunitária e as diretrizes do Conselho Municipal da Habitação.

II - aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e plurianuais dos recursos do FMHIS;

III - deliberar sobre as contas do FMHIS;

IV - dirimir dúvidas quanto à aplicação das normas regulamentares, aplicáveis ao FMHIS, nas matérias de sua competência;

V - fixar os valores de remuneração do agente financeiro; e

VI - aprovar seu regimento interno.

§ 1º As diretrizes e critérios previstos no inciso I do “caput” deste artigo deverão observar ainda as normas emanadas do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e do do Conselho Gestor do Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social, de que trata a Lei Estadual nº 13.017, de 24 de julho de 2008, nos casos em que o FMHIS vier a receber recursos federais e/ou estadual.

§ 2º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos e subsídios concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização pela sociedade.

§ 3º O Conselho Gestor do FMHIS promoverá audiências públicas e conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais existentes.

#### **Seção III**

##### **Do Conselho Municipal**

**Art. 25** O Município deverá auxiliar o Estado do Rio grande do Sul em sua tarefa de articulador das ações do setor habitacional, promovendo a integração do PLHIS aos planos de desenvolvimento regional e atuando de forma coordenada nas ações que exijam intervenções intermunicipais, em especial nas áreas complementares à habitação.

**Art. 26** Observadas as normas emanadas do Conselho Gestor do FMHIS, o Conselho Municipal fixará critérios para a priorização de linhas de ação, alocação de recursos e atendimento dos beneficiários dos programas habitacionais.

**Art. 27** O Conselho Municipal promoverá ampla publicidade das formas e critérios de acesso aos programas, das modalidades de acesso à moradia, das metas anuais de atendimento habitacional, dos recursos previstos e aplicados, identificados pelas fontes de origem, das áreas objeto de intervenção, dos números e valores dos benefícios e dos financiamentos concedidos, de modo a permitir o acompanhamento e a fiscalização pela sociedade das ações do SMHIS.

**Parágrafo único** - O Conselho deverá dar publicidade às regras e critérios para o acesso a moradias no âmbito do SMHIS, em especial às condições de concessão de subsídios.

**Art. 28** Os conselhos municipais devem promover Audiências Públicas e Conferências, representativas dos segmentos sociais existentes, para debater e avaliar critérios de alocação de recursos e programas habitacionais no âmbito do SMHIS.

**Art. 29** As demais entidades e órgãos integrantes do SMHIS contribuirão para o alcance dos objetivos do referido Sistema no âmbito de suas respectivas competências institucionais.

#### **CAPÍTULO IV DOS BENEFÍCIOS E SUBSÍDIOS FINANCEIROS DO SMHIS**

**Art. 30** O acesso à moradia deverá ser assegurado aos beneficiários do SMHIS, de forma articulada entre as esferas governamentais envolvidas, garantindo o atendimento prioritário às famílias de menor renda e adotando políticas de investimentos e subsídios implementados com recursos do FMHIS.

**Art. 31** Os benefícios concedidos no âmbito do SMHIS poderão ser representados por:

I - subsídios financeiros, suportados pelo FMHIS, destinados a complementar a capacidade de pagamento das famílias beneficiárias, respeitados os limites financeiros e orçamentários federais, estadual e municipal;

II - equalização, a valor presente, de operações de crédito realizadas por instituições financeiras autorizadas pelo Conselho Monetário Nacional e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil;

III - isenção ou redução de impostos municipais, incidentes sobre o empreendimento, no processo construtivo, condicionado à prévia autorização legal;

IV - outros benefícios não caracterizados como subsídios financeiros, destinados a reduzir ou cobrir o custo de construção ou aquisição de moradias, decorrentes ou não de convênios firmados entre o poder público municipal e a iniciativa privada.

§ 1º Para concessão dos benefícios de que trata este artigo serão observadas as seguintes diretrizes:

I - identificação dos beneficiários dos programas realizados no âmbito do SMHIS no cadastro municipal de que trata o inciso VII do art. 19 desta Lei, de modo a controlar a concessão dos benefícios;

II - valores de benefícios inversamente proporcionais à capacidade de pagamento das famílias beneficiárias;

III - utilização de metodologia aprovada pelo órgão central do SMHIS para o estabelecimento dos parâmetros relativos aos valores dos benefícios, à capacidade de pagamento das famílias e aos valores máximos dos imóveis, que expressem as diferenças regionais;

IV - concepção do subsídio como benefício pessoal e intransferível, concedido com a finalidade de complementar a capacidade de pagamento do beneficiário para o acesso à moradia, ajustando-a ao valor de venda do imóvel ou ao custo do serviço de moradia, compreendido como retribuição de uso, aluguel, arrendamento ou outra forma de pagamento pelo direito de acesso à habitação;

V - impedimento de concessão de benefícios de que trata este artigo a proprietários, promitentes compradores, arrendatários ou cessionários de imóvel residencial;

VI - para efeito do disposto nos incisos I a IV do “caput” deste artigo, especificamente para concessões de empréstimos e, quando houver, lavratura de escritura pública, os contratos celebrados e os registros cartorários deverão constar, preferencialmente, no nome da mulher;

VII - atender diretriz da Lei nº 11.574, de 04 de janeiro de 2001, que define que 20%, no mínimo, dos recursos públicos destinados à habitação serão aplicados em benefício de mulher sustentáculo de família.

§ 2º O beneficiário favorecido por programa realizado no âmbito do SMHIS somente será contemplado uma única vez com os benefícios de que trata este artigo.

§ 3º O cidadão já contemplado em programa realizado no âmbito do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, ou no âmbito do Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social – SEHIS, ou equivalente, em nível estadual ou municipal, não poderá obter os benefícios de que trata este artigo.

#### **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS**

**Art. 32** É facultada à Secretaria Municipal de Assistência Social e Comunitária a aplicação direta dos recursos do FMHIS até que se cumpram as condições previstas no art. 17 desta Lei.

**Art. 33** Esta Lei será implementada em consonância com a Política Nacional de Habitação e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, bem como com a Política Estadual de Habitação e o Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social, e a Política Municipal de Habitação de Interesse Social e o Sistema Municipal de Habitação de Interesse Social.

**Art. 34** - Ficam revogadas a Lei nº 523 de 28 de dezembro de 2007 e a Lei nº 525 de 28 de dezembro de 2007, bem como, as eventuais alterações e disposições em contrário.

**Art. 35** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito do município de Barros Cassal, 09 de abril de 2010.

**IVO FRANCISCO FACHI**  
Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se

**BENO BERTILO HAMMES**  
Sec. Munic. Da Administração

**Publicado por:**  
Beno Bertilo Hammes  
**Código Identificador:**D8FB5BA9

---

#### **GABINETE DO PREFEITO LEI Nº 645, DE 09 DE ABRIL DE 2010**

Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável, pelo município de Barros Cassal, parte da área constante na Matrícula nº 1.284 do Livro nº 2 (dois) Registro Geral do Ofício de Registro de Imóveis de Barros Cassal, de propriedade de Nestor Muller E Mariazinha Muller.

**IVO FRANCISCO FACHI**, prefeito do município de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável, pelo município de Barros Cassal, com a finalidade específica para a construção de uma creche, uma praça pública e o prolongamento das Ruas Assis Brasil e Vivaldino Camargo e para o alargamento das Ruas João Neves e João Flores, a área de **8.372,29 m²** (oito mil e trezentos e

setenta e dois metros e vinte e nove decímetros quadrados), *que será desmembrada de uma parte de terras urbanas, com a área de 24.200,00 m<sup>2</sup> (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados), situado no lugar denominado Rincão de Santo Antônio, município de Barros Cassal-RS, tendo suas demais características e confrontações constantes na Matrícula nº 1.284*, do Livro número 2 (dois) Registro Geral do Ofício do Registro de Imóveis de Barros Cassal-RS.

**Art. 2º** - Da área total mencionada no art. 1º da presente lei, a ser desapropriada, **3.836,46 m<sup>2</sup>** (três mil e oitocentos e trinta e seis metros e quarenta e seis decímetros quadrados), será desapropriada amigavelmente, com ônus, pelo município de Barros Cassal, para construção de uma creche municipal.

**Art. 3º** - Da área total mencionada no art. 1º da presente lei, a ser desapropriada, **4.535,83 m<sup>2</sup>** (quatro mil e quinhentos e trinta e cinco metros e oitenta e três decímetros quadrados), será desapropriada amigavelmente, sem ônus, pelo município de Barros Cassal, para a construção de *uma praça pública*, o prolongamento das Ruas Assis Brasil e Vivaldino Camargo e o alargamento das Ruas João Neves e João Flores.

**Art. 4º** - Fica assim descrito as áreas a serem desapropriadas, para fins de registro, regularização e ordenamento da presente área de terras urbanas.

## **1) DESCRIÇÃO DAS ÁREAS DESAPROPRIADAS:**

### **1.1) Áreas ocupadas pelo alargamento da Rua João Neves:**

**A - terreno urbano, com a área de 672,55 m<sup>2</sup>** (seiscentos e setenta e dois metros e cinquenta e cinco decímetros quadrados), ocupado pelo alargamento da Rua João Neves, confrontando: ao **NORTE**: na extensão de 96,00 m com leito da mesma Rua João Neves; ao **SUL**: na extensão de 96,15 m com a quadra nº 23; ao **LESTE**: na extensão de 7,18 m, com a confluência da Rua João Neves e Rua Assis Brasil e, ao **OESTE**: na extensão de 7,15 m com a confluência da Rua João Neves e Rua Vivaldino Camargo.

**B - terreno urbano, com área de 392,61 m<sup>2</sup>** (trezentos e noventa e dois metros e sessenta e um decímetros quadrados), ocupado pelo alargamento da Rua João Neves, confrontando: ao **NORTE**: na extensão de 56,90 m com o leito da mesma Rua João Neves; ao **SUL**: na extensão de 49,71 m com a quadra 38-A e na extensão de 7,00 m com a confluência das Ruas João Neves e Rua João J. Flores; ao **LESTE**: na extensão de 5,57 m com a confluência das Ruas João Neves e Rua João J. Flores; e ao **OESTE**: na extensão de 7,18 m com a confluência da Rua João Neves e Rua Assis Brasil.

### **1.2) Área ocupadas pelo prolongamento da Rua Assis Brasil:**

**Terreno urbano, com a área de 629,78 m<sup>2</sup>** (seiscentos e vinte e nove metros e setenta e oito decímetros quadrados), ocupado pelo prolongamento da Rua Assis Brasil, confrontando ao **NORTE**: na extensão de 18,47 m com a confluência da Rua Assis Brasil e Rua João Neves; ao **SUL**: na extensão de 18,15 m com a confluência da Rua Assis Brasil e Rua João Flores; a **LESTE**: na extensão de 7,18 m com a confluência da Rua Assis Brasil e Rua João Neves, na extensão de 16,00 m com a Quadra nº 38-A e na extensão de 7,06 m com a confluência da Rua Assis Brasil e Rua João Flores; e ao **OESTE**: na extensão de 7,18 m com a confluência da Rua Assis Brasil e Rua João Neves, na extensão de 24,00 m com a quadra nº 23 e na extensão de 7,06 m com a confluência da Rua Assis Brasil e Rua João Flores.

### **1.3) Áreas ocupadas pelo alargamento Rua João Flores:**

**C - terreno urbano, com a área de 388,15 m<sup>2</sup>** (trezentos oitenta e oito metros e quinze decímetros quadrados), ocupado pelo alargamento da Rua João Flores, confrontando: ao **NORTE**: na extensão de 48,85 m com a quadra nº 38-A e na extensão de 7,00 m com a confluência das Ruas João Neves e Rua João Flores; ao **LESTE**: na extensão de 6,15 m com a confluência das Ruas João Neves e Rua João Flores e, ao **OESTE**: na extensão de 7,06 m com a confluência da Rua João Flores e Rua Assis Brasil.

**D - terreno urbano, com área de 670,42 m<sup>2</sup>** (seiscentos e setenta metros e quarenta e dois decímetros quadrados), ocupado pelo alargamento da Rua João Flores, confrontando ao **NORTE**: na extensão de 95,70 m com a quadra nº 23; ao **SUL**: na extensão de 95,85 m com o leito da mesma Rua João Flores; ao **LESTE**: na extensão de 7,06 m com a confluência das Ruas João Flores e Assis Brasil; e ao **OESTE**: na extensão de 7,08 m com a confluência das Ruas João Flores e Vivaldino Camargo.

### **1.4) Área ocupadas pelo prolongamento da Rua Vivaldino Camargo:**

**Terreno urbano, com a área de 1.358,63 m<sup>2</sup>** (um mil e trezentos e cinquenta e oito metros e sessenta e três decímetros quadrados), ocupado pelo prolongamento da Rua Vivaldino Camargo, confrontando ao **NORTE**: na extensão de 18,39 m com a confluência da Rua Vivaldino Camargo e Rua João Neves; ao **SUL**: na extensão de 18,21 m com a confluência da Rua Vivaldino Camargo e Rua João Flores; a **LESTE**: na extensão de 7,15 m com a confluência da Rua Vivaldino Camargo e Rua João Neves, na extensão de 58,00 m com a quadra nº 23 e na extensão de 7,08 m com a confluência da Rua Vivaldino Camargo e Rua João Flores; e ao **OESTE**: na extensão de 78,72 m com a parte de terras urbanas de propriedade de Nestor Muller.

### **1.5) Área desapropriada para instalação da creche:**

**Quadra nº 23, com a área de 3.836,46 m<sup>2</sup>** (três mil e oitocentos e trinta e seis metros e quarenta e seis decímetros quadrados), situado nesta cidade de Barros Cassal, ao lado ímpar das Ruas João Neves e Vivaldino Camargo e ao lado par das Ruas João Flores e Vivaldino Camargo, confrontando: ao **NORTE**: na extensão de 96,15 m com a Rua João Neves; ao **SUL**: na extensão de 95,70 m, com a Rua João Flores; a **LESTE**: na extensão de 24,00 m com a Rua Assis Brasil; e ao **OESTE**: na extensão de 58,00 m com a Rua Vivaldino Camargo.

**Quarteirão:** formado pelas Ruas Assis Brasil, João Neves, Vivaldino Camargo e João Flores.

### **1.6) Área desapropriada para instalação de uma praça:**

**Quadra 38-A, com a área de 423,69 m<sup>2</sup>** (quatrocentos e vinte e três metros e sessenta e nove decímetros quadrados), de forma triangular, situado nesta cidade de Barros Cassal-RS, ao lado ímpar das Ruas João Neves e Assis Brasil e ao lado par da Rua João Flores, confrontando ao **NORTE**: na extensão de 49,71 m com a Rua João Neves; ao **SUL**: na extensão de 48,85 m, com a Rua João Flores; e ao **OESTE**: na extensão de 16,00 m com a Rua Assis Brasil.

**Quarteirão:** formado pelas Ruas Assis Brasil, João Neves e João Flores.

## **2) DESCRIÇÃO DA ÁREA REMANESCENTE.**

A área remanescente perfaz a superfície de 15.827,71 m<sup>2</sup> (quinze mil, oitocentos e vinte e sete metros e setenta e um decímetros quadrado), permanecendo as mesmas divisas constantes na matrícula, alterando somente o lado leste que passa a fazer divisa também com a Rua Vivaldino Camargo.

**Art. 2º** - As áreas desapropriadas sem ônus pelo Município de Barros Cassal tem como finalidade *o alargamento e/ou prolongamento das Ruas Assis Brasil, João Neves, Vivaldino Camargo e João Flores, bem como, a construção de uma praça.*

**Art. 3º** - A área desapropriada com ônus pelo Município de Barros Cassal tem como finalidade *construção de uma Creche Municipal.*

**Art. 4º** - As despesas decorrentes desta desapropriação correm por conta da seguinte dotação orçamentária:

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

**0501 – FUNDEB - Fundo Manut e Desenv. da Educação Básica**

**0501.123653011.021 – Aquisição de Imóvel para Construção de Creche**

4.4.90.61 – Aquisição de Imóveis ..... **R\$ 76.729,20**

**Art. 4º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barros Cassal, 09 de abril de 2010.

**IVO FRANCISCO FACHI**

Prefeito Municipal

*Registre-se Publique-se*

**BENO BERTILO HAMMES**

Sec. Munic. Da Administração

**Publicado por:**

Beno Bertilo Hammes

**Código Identificador:9E0EBEAE**

#### **GABINETE DO PREFEITO**

#### **LEI Nº 646 DE 09 DE ABRIL DE 2010**

Autoriza o Município a realizar contratação temporária na área de fonoaudiologia, para atender a necessidades de excepcional interesse público, bem como, autoriza abertura de crédito especial no orçamento de 2010.

**IVO FRANCISCO FACHI**, prefeito do município de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica, o Município, autorizado a contratar um Profissional Fonoaudiólogo, com carga horária de 20 horas semanais, com remuneração mensal de igual ao previsto para o cargo de provimento efetivo, para atendimento a pessoas com problemas de audição e fala, por tempo determinado de até 12 (doze) meses, podendo ser renovado pelo mesmo período, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal e na forma da Lei Municipal nº 118/91.

**Art. 2º** - Para suportar as despesas previstas na presente Lei, fica autorizada a abertura de crédito especial no orçamento de 2010, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no seguinte crédito orçamentário:

**Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura**

Unidade: 02 – M.D.E. – Manut. E Desenv. Do Ensino

Função: 12 – Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 301 – Desenvolvimento da educação

Atividade: 2.019 - Manut. e Desenv. do Ensino Fund. através do MDE.

3.1.90.04 – Contratação por Tempo Determinado ..... R\$ 15.000,00

**Art. 3º** - Servirá de recurso para a abertura do crédito de que trata o artigo 2º desta lei, a redução da seguinte dotação orçamentária:

**Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura**

Unidade: 02 – M.D.E. – Manut. E Desenv. Do Ensino

Função: 12 – Educação

Sub-função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 301 – Desenvolvimento da educação

Atividade: 2.019 - Manut. e Desenv. do Ensino Fund. através do MDE.

268 3.1.90.11 – Venc. E Vantagens Fixas ..... R\$ 15.000,00

**Art. 4º** - Revogam-se as disposições em contrário.

**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Barros Cassal, 09 de abril de 2010.

**IVO FRANCISCO FACHI**

Prefeito Municipal

*Registre-se Publique-se*

**BENO BERTILO HAMMES**

Sec. Munic. Da Administração

**Publicado por:**

Beno Bertilo Hammes

**Código Identificador:19B5DCCD**

#### **GABINETE DO PREFEITO**

#### **LEI Nº 647 DE 09 DE ABRIL DE 2010**

Autoriza o Município de Barros Cassal a receber transferência de recurso do Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, altera a Lei nº 591/09 – Plano Plurianual 2010-2013, Lei nº 601/09 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010 e Lei nº 616/09 – Lei Orçamentária Anual para 2010 e dá outras providências.

**IVO FRANCISCO FACHI**, prefeito do município de Barros Cassal, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAZ SABER**, que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Fica o Município de Barros Cassal autorizado a receber Transferência de Recurso do Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria Nacional de Defesa Civil, visando a recuperação das estradas e pontes do município, com recursos oriundos do Governo Federal.

**Art. 2º** - O valor total da transferência é de R\$ 251.200,00, (duzentos e cinquenta e um mil e duzentos reais).

**Art. 3º** - Fica alterada a Lei nº 591/09 – Plano Plurianual 2010-2013, de 30 de setembro de 2009, a Lei nº 601/09 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, de 20 de novembro de



2009 e a Lei nº 616/09 – Lei Orçamentária Anual para 2010, de 30 de dezembro de 2009, com a autorização para a abertura de crédito adicional especial no orçamento corrente, no valor de R\$ 251.200,00, (duzentos e cinquenta e um mil e duzentos reais), no seguinte crédito orçamentário:

**08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO**  
**0802 – DMER – Departamento Municipal de Estradas de Rodagem**

**0802.267823061.017 – Recuperação de Pontilhões e Vias Públicas Municipais**

3.3.90.39 – Outros Serv. De Terc. Pessoa Jurídica  
 ..... R\$ 150.000,00

3.3.90.30 – Material de Consumo  
 ..... R\$ 40.000,00

4.4.90.51.00 – Obras e instalações  
 ..... R\$ 61.200,00

**TOTAL CRÉDITO ESPECIAL ..... R\$ 251.200,00**

**Art. 4º** - Servirá de recurso para a cobertura do Crédito de que trata o art. 3º desta Lei, o auxílio proveniente do termo de transferência com o Ministério da Integração Nacional, destinado a recuperação de vias públicas municipais, no valor de R\$ 251.200,00 (duzentos e cinquenta e um mil e duzentos reais).

**Art. 5º** - Fica alterada a Lei nº 591/09 – Plano Plurianual 2010-2013, de 30 de setembro de 2009, a Lei nº 601/09 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010, de 20 de novembro de 2009 e a Lei nº 616/09 – Lei Orçamentária Anual para 2010, de 30 de dezembro de 2009, respectivamente no seguinte:

**I** – Inclui ações em Programas de Governo nas Leis de que trata o caput deste artigo:

**a)** Atividade sob a denominação de “Recuperação de estradas e pontes” vinculado ao Programa “0306 – Coordenação dos Serviços Públicos Municipais”, no valor de R\$ 251.200,00, (duzentos e cinquenta e um mil e duzentos reais), sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Viação.

**II** – Fica atualizado o valor do Programa 0306, nas referidas Leis, tendo em vista a inclusão da atividade constante no inciso I deste artigo.

**III** – Fica incluída a seguinte redação no objetivo do programa 0306: “Recuperação de Pontilhões e Vias Públicas Municipais”

**Art. 6º** - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Barros Cassal, 09 de abril de 2010.

**IVO FRANCISCO FACHI**

Prefeito Municipal

*Registre-se Publique-se*

**BENO BERTILO HAMMES**

Sec. Munic. Da Administração

**Publicado por:**

Beno Bertilo Hammes

**Código Identificador:**4AA36602

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS**

**MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS**  
**PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2010**

Processo nº 28/2010.

Abertura: 28/04/2010 às 09:00 hs.

**Objeto: Aquisição de brita graduada**

Os interessados poderão retirar o edital pelo endereço eletrônico

www.montealegredoscamos.rs.gov.br duvidas pelo tel. 54-3231-1080 Setor de Licitações

**JOÃO FRANCISCO PEREIRA TAVARES**

Prefeito Municipal.

**Publicado por:**

Ricardo Bueno e Silva

**Código Identificador:**EFE832C6

**MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DOS CAMPOS**  
**CARTA CONVITE Nº 005/2010**

**PROCESSO Nº 29/2010 - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**

O Prefeito Municipal de Monte Alegre dos Campos torna público, que se encontra a disposição o edital referente a Carta Convite Nº 32/2009 para “**AQUISIÇÃO DE UMA BOMBA MONOFÁSICA C/ ACESSÓRIOS**”. Abertura dos envelopes da documentação e propostas no dia **20.04.2010**, às 14 horas, na Prefeitura Municipal. Informações e cópia do edital na Prefeitura a partir do dia 13/04/2010 em horário de expediente ou pelo fone (54) - 3231-1044.

Monte Alegre dos Campos, 12 de abril de 2010

**JOÃO FRANCISCO P. TAVARES**

Prefeito Municipal

**Publicado por:**

Ricardo Bueno e Silva

**Código Identificador:**9999A9A2

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PATRULHA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SÚMULA DE CONTRATO**

**Nº. CONTRATO:** 034/2010 **MODALIDADE:**

Inexigibilidade de Licitação 002/2010

**CONTRATADA:** SUDESTE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.

**OBJETO:** Fornecimento de Passagens escolares para o ensino médio do meio rural do Município.

**VALOR:** R\$ 139.895,50 **PRAZO:** Conforme calendário letivo do exercício de 2010.

**Publicado por:**

Edna Muniz dos Santos

**Código Identificador:**136C7CD7

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**SÚMULA DE CONTRATO**

**Nº. CONTRATO:** 053/2010 **MODALIDADE:** Dispensa de Licitação 003/2010

**CONTRATADA:** Luiz Gonzaga da Silva.

**OBJETO:** Locação de um imóvel com área superficial de 1.109,76m², com pavilhão comercial de alvenaria com área de 511,36m², com 03 banheiros, 04 salas, 01 cozinha, localizado na Rua João Pedroso da Luz, nº 724.

**VALOR:** R\$ 24.000,00 **PRAZO:** 12 (doze) meses.

**Publicado por:**  
Edna Muniz dos Santos  
**Código Identificador:**0A2495F7

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE ADITIVO

**Nº. CONTRATO:** 046/2008 **MODALIDADE:** Pregão Presencial nº 003/2008  
**CONTRATADO:** PRONER INFORMÁTICA COMÉRCIO E MANUTENÇÃO LTDA.  
**OBJETO:** Suporte Técnico na Área de Informática.  
**ADITIVO:** O prazo de vigência constante na cláusula quinta do contrato originário fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, retroativo a 12 de março de 2010.  
**VALOR:** R\$ 72.000,00 **PRAZO:** 12 (doze) meses.

**Publicado por:**  
Edna Muniz dos Santos  
**Código Identificador:**B963F37A

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

**Nº. CONTRATO:** 054/2010 **MODALIDADE:** Carta Convite nº. 008/2010.  
**CONTRATADA:** MULTIMÁQUINAS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME.  
**OBJETO:** Prestação de serviços e fornecimento de peças necessárias à reforma do motor da Caterpillar 140-b.  
**VALOR:** R\$ 20.909,90 **PRAZO:** 06(seis) meses contados da data de entrega do motor reformado.

**Publicado por:**  
Greici Fraga Celistre Duarte  
**Código Identificador:**9B45E7A4

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

**Nº. CONTRATO:** 018/2010 **MODALIDADE:** Inexigibilidade nº.001/2010.  
**CONTRATADA:** SUDESTE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA.  
**OBJETO:** Fornecimento de passagens escolares para o ensino fundamental, que serão usadas no transporte diário de alunos que cursam o EJA, CAEE, CAPS E APAE.  
**VALOR:** R\$ 22.500,00 **PRAZO:** conforme calendário letivo do exercício de 2010.

**Publicado por:**  
Greici Fraga Celistre Duarte  
**Código Identificador:**E5308A76

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

**Nº. CONTRATO:** 059/2010 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº.007/2010.  
**CONTRATADA:** E. D. AZAMBUJA & CIA LTDA.  
**OBJETO:** Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Aprendiz.  
**VALOR:** R\$ 4.000,80 **PRAZO:** conforme prazo de garantia de cada equipamento, a contar da data de assinatura.

**Publicado por:**  
Greici Fraga Celistre Duarte  
**Código Identificador:**153854DB

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

**Nº. CONTRATO:** 060/2010 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº.007/2010.  
**CONTRATADA:** ASTRA INFORMÁTICA LTDA  
**OBJETO:** Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Aprendiz.  
**VALOR:** R\$ 1.286,99 **PRAZO:** conforme prazo de garantia de cada equipamento, a contar da data de assinatura.

**Publicado por:**  
Greici Fraga Celistre Duarte  
**Código Identificador:**A5832229

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

**Nº. CONTRATO:** 061/2010 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº.007/2010.  
**CONTRATADA:** INFOBUSINESS GLOBAL IMPORTAÇÃO & EXPORTAÇÃO LTDA.  
**OBJETO:** Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Aprendiz.  
**VALOR:** R\$ 2.896,00 **PRAZO:** conforme prazo de garantia de cada equipamento, a contar da data de assinatura.

**Publicado por:**  
Greici Fraga Celistre Duarte  
**Código Identificador:**ACBE644A

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

**Nº. CONTRATO:** 062/2010 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº.007/2010.  
**CONTRATADA:** TEKNO PC TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA.  
**OBJETO:** Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Aprendiz.  
**VALOR:** R\$ 1.029,00 **PRAZO:** conforme prazo de garantia de cada equipamento, a contar da data de assinatura

**Publicado por:**  
Greici Fraga Celistre Duarte  
**Código Identificador:**904801F9

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

**Nº. CONTRATO:** 056/2010 **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº.007/2010.  
**CONTRATADA:** MARILISE KOZOROSKI GIORGETTA.  
**OBJETO:** Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Aprendiz.  
**VALOR:** R\$ 7.676,67 **PRAZO:** conforme prazo de garantia de cada equipamento, a contar da data de assinatura.

**Publicado por:**  
Greici Fraga Celistre Duarte  
**Código Identificador:**3E2B7303

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº. 004/2010  
**CONTRATO:** Nº.069/2010

**CONTRATADO:** HOSPLIFE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP  
**OBJETO:** Aquisição de equipamentos e mobiliários para o Posto de Saúde Central.  
**VALOR:** R\$ 8.546,00  
**PRAZO:** vigência de acordo com o prazo de garantia dos produtos.

**Publicado por:**  
Mariana Castilhos de Souza  
**Código Identificador:**CF1B04AE

#### SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SÚMULA DE CONTRATO

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº. 004/2010  
**CONTRATO:** Nº.066/2010  
**CONTRATADO:** COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA  
**OBJETO:** Aquisição de equipamentos e mobiliários para o Posto de Saúde Central.  
**VALOR:** R\$ 748,00  
**PRAZO:** vigência de acordo com o prazo de garantia dos produtos

**Publicado por:**  
Mariana Castilhos de Souza  
**Código Identificador:**84EF6F55

#### ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE XANGRI-LÁ

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PREGÃO ELETRÔNICO 35-10

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados que no dia **27 de Abril de 2010, às 16 horas**, ocorrerá pregão eletrônico para **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA DIVERSAS SECRETARIAS**, conforme **Edital de nº 68/2010**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Executivo através do sítio [www.xangrila.rs.gov.br](http://www.xangrila.rs.gov.br) ou do Portal [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

Xangri-Lá, 12 de Abril de 2010.

**CELSO BARBOSA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Bruno Bastos Mella  
**Código Identificador:**36878260

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PREGÃO PRESENCIAL 31-2010

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados que no dia **27 de abril de 2010, às 14h**, ocorrerá **REGISTRO DE PREÇOS** via pregão presencial **PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE 500 TONELADAS DE ASFALTO CBUQ**, conforme **Edital de nº 69/2010**. Maiores informações poderão ser obtidas através do sítio [www.xangrila.rs.gov.br](http://www.xangrila.rs.gov.br).

Xangri-Lá, 12 de abril de 2010.

**CELSO BARBOSA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Marcelo Michielon  
**Código Identificador:**32812D93

#### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS PREGÃO ELETRÔNICO 36-10

O Município de Xangri-Lá torna público para conhecimento dos interessados que no dia **26 de Abril de 2010, às 16 horas**, ocorrerá **REGISTRO DE PREÇOS** via pregão eletrônico para **AQUISIÇÃO FUTURA DE PNEUS PARA DIVERSAS SECRETARIAS**, conforme **Edital de nº 70/2010**. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Executivo através do sítio [www.xangrila.rs.gov.br](http://www.xangrila.rs.gov.br) ou do Portal [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br).

Xangri-Lá, 12 de Abril de 2010.

**CELSO BARBOSA**  
Prefeito Municipal

**Publicado por:**  
Bruno Bastos Mella  
**Código Identificador:**CCC72AEC

**A publicação dos atos normativos  
e administrativos de forma eletrônica  
é um exemplo de boas  
práticas ambientais.**



**FAMURS**

Para mais informações,  
ligue: (51) 3230-3100,  
E-mail: [suporte@famurs.com.br](mailto:suporte@famurs.com.br)